

PROVA OBJETIVA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SERGIPE  
PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – EDITAL 01/2019  
CADERNO DE QUESTÕES

Questão 01) De acordo com a Lei n. 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marque a alternativa CORRETA:

- A) Comete crime o policial que oculta a sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade do crime de “Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso”.
- B) O indivíduo que submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual será apenado com a perda de bens e valores utilizados na prática criminosa em favor da União.
- C) Não constitui crime o fato de apenas possuir vídeo que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
- D) A infiltração de agentes de polícia na internet, para a investigação de determinados crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente, será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público. Contudo, essa infiltração não será admitida se a prova puder ser obtida por outros meios.

Questão 02) Segundo o Estatuto próprio, a criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento. Consoante ao que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre o referido programa é correto afirmar:

- A) Somente pessoas físicas podem apadrinhar crianças ou adolescentes.
- B) Para ser padrinho ou madrinha, além de cumprir os requisitos específicos do programa de que faz parte e de ter mais de 18 anos de idade, a pessoa não poderá estar inscrita no cadastro de adoção.
- C) Os programas e serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Adolescência só podem ser executados por órgãos públicos integrantes do Poder Executivo.
- D) No âmbito do programa de apadrinhamento, têm prioridade as crianças ou adolescentes com maior chance ou facilidade de inserção familiar ou colocação em família adotiva.

Questão 03) Sobre os crimes previstos do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- A) Aquele que divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional comete crime punível com detenção de seis meses a dois anos.
- B) A autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente que deixar de fazer a imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada incorre em infração administrativa punível com advertência ou suspensão do cargo.
- C) Incorre em crime quem impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista no ECA.
- D) Comete crime o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.

Questão 04) Sobre os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- A) Comete o crime de corrupção de menores, previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/90, o agente que alicia menor de dezoito anos para com ele traficar drogas.
- B) O crime de corrupção de menores é classificado como formal, sendo necessária a prova de que o menor, antes do fato criminoso, não era corrompido.
- C) O crime de corrupção de menores é classificado como material, sendo necessária a prova de que o menor, antes do fato criminoso, não era corrompido.
- D) O crime de corrupção de menores é classificado como formal, não sendo necessária a prova de que o menor, antes do fato criminoso, não era corrompido.

PROVA OBJETIVA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SERGIPE  
PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – EDITAL 01/2019  
CADERNO DE QUESTÕES

Questão 05) Segundo o que dispõe o seu Estatuto, a criança e o adolescente têm direito de serem educados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto por parte dos pais, integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Considerando os termos do citado Estatuto, é correto afirmar que

A) sem prejuízo de outras sanções cabíveis, as pessoas que praticarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante contra criança e adolescente estão submetidas, entre outras medidas, ao encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.

B) para a caracterização de castigo físico, não é necessário o uso de força física.

C) o tratamento cruel ou degradante se manifesta mediante ridicularização e humilhação, não se caracterizando pelo uso de ameaça, ainda que grave.

D) o castigo físico aplicado à criança e ao adolescente não acarreta sanção quando se tratar de comportamento manifestamente incorporado na cultura local, sendo, assim, socialmente aceito como método de disciplina.

Questão 06) Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

A adoção é medida \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, à qual se deve recorrer apenas quando \_\_\_\_\_ os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei. (Art. 39 §1º).

A) jurídica / protecionista / findos

B) excepcional / irrevogável / esgotados

C) protecionista / revogável / encerrados

D) estabelecida / juridicamente / sanados

Questão 07) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Um órgão de proteção é o Conselho Tutelar, conceituado no artigo 131 do ECA, como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do

adolescente, definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:

I. Residir no município.

II. Ter idade superior a vinte e um anos.

III. Reconhecida idoneidade moral.

IV. Possuir curso superior completo em cursos na área de humanas ou ciências sociais aplicadas.

Estão corretas as afirmativas:

A) I e II, apenas.

B) III e IV, apenas.

C) I, II e III, apenas.

D) I, II, III e IV.

Questão 08) Relativamente à prevenção da ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, como tal previsto no âmbito da Lei 8069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a alternativa correta:

A) é vedada a hospedagem de adolescente em hotel, exceto se acompanhado ou autorizado pelo responsável ou pelos pais.

B) os adolescentes menores de catorze anos somente poderão ingressar nos locais de exibição ou apresentação quando acompanhados dos responsáveis ou dos pais.

C) nenhum adolescente pode viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhado do responsável ou dos pais, sem expressa autorização do Poder Judiciário.

D) nenhuma exibição ou apresentação será anunciada com aviso de sua classificação, antes de sua transmissão.

Questão 09) Apresenta-se como medida aplicável aos pais ou responsável, como tal prevista na Lei 8069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente):

A) suspensão da guarda.

B) encaminhamento a serviços e programas promovidos pela polícia.

C) destituição da tutela.

D) suspensão da curatela.

Questão 10) Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), é incorreto o que se afirma em

A) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao

PROVA OBJETIVA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SERGIPE  
PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – EDITAL 01/2019  
CADERNO DE QUESTÕES

aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade.

B) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

C) A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

D) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual obrigatoriamente se fornecerá certidão.

Questão 11) Acerca da resolução 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), assinale a incorreta:

A) Para assegurar a equidade de acesso, caberá aos municípios criar e manter Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de um Conselho para cada cem mil habitantes.

B) Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo defeso a divisão de tarefas entre os conselheiros para fins de realização das diligências.

C) Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo municipal e os demais candidatos seguintes serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

D) As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno.

Questão 12) Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assinale a alternativa correta.

A) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de cinco anos.

B) Os menores de 14 anos de idade são proibidos de trabalhar, salvo na condição de aprendiz.

C) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão

do poder familiar, devendo a criança ou o adolescente ser encaminhado para o serviço de assistência social e ser mantido exclusivamente pelo Estado e por organismos internacionais.

D) Toda criança ou adolescente terá livre e irrestrito acesso às diversões e aos espetáculos públicos, independentemente da faixa etária.

Questão 13) Acerca da autorização para viagem de crianças e de adolescentes, assinale a alternativa correta.

A) A criança poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhada dos pais ou de responsável, sendo ela totalmente responsável por seus atos.

B) A autorização é dispensável no caso de viagem ao exterior, se a criança ou o adolescente viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro por intermédio de documento com firma reconhecida.

C) A autoridade judiciária deverá conceder autorização para viagem válida por 10 anos.

D) A autorização judiciária é obrigatória quando se tratar de comarca contígua à da residência da criança.

Questão 14) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), marque a alternativa CORRETA:

A) Nenhuma criança será privada de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

B) A internação não constitui medida privativa da liberdade, não é mera excepcionalidade e é aplicada sempre que o menor de idade cometer ato infracional, respeitada a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

C) Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

D) Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar à criança, dentre outras medidas, internação em estabelecimento educacional.

Questão 15) Conforme o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069/1990), constitui crime,

PROVA OBJETIVA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SERGIPE  
PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – EDITAL 01/2019  
CADERNO DE QUESTÕES

A) privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão, ainda que resultante de flagrante de ato infracional.

B) prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, independentemente de paga ou recompensa.

C) vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, desde que onerosamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.

D) promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.

Questão 16) De acordo com a Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é correto afirmar que

A) está garantido a toda criança e adolescente o acesso ao Poder Judiciário, devendo ser estabelecido curador especial a eles quando houver conflito entre os seus interesses e os interesses de seus responsáveis.

B) as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional poderão receber recursos públicos se comprovado o registro no cadastro municipal.

C) o Conselho Tutelar, órgão permanente e vinculado ao Poder Judiciário, é encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

D) o acolhimento institucional, forma de transição para o acolhimento familiar, é medida provisória e ordinária e somente ocorrerá com prévia determinação de autoridade judicial.

Questão 17) O ato infracional praticado por criança, que foi apreendida em flagrante, pode ter como consequência

A) a aplicação de medida socioeducativa de advertência.

B) a aplicação de medida socioeducativa de liberdade assistida.

C) a obrigação de reparar o dano.

D) o encaminhamento aos pais ou ao responsável, mediante termo de comparecimento.

Questão 18) Segundo o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar:

A) Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais, inclusive os adotivos, ou por qualquer um deles, seus filhos e os descendentes destes.

B) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, sendo vedado o segredo de justiça.

C) O reconhecimento de filho pode preceder o nascimento ou suceder-lhe o falecimento, nesse caso, se deixar descendente.

D) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser espontaneamente reconhecidos pelos pais, desde que conjuntamente.

Questão 19) De acordo com a Lei nº 8.069/1990, constitui crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, EXCETO:

A) Submeter criança, sob guarda ou vigilância policial, a vexame ou a constrangimento.

B) Subtrair criança ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial.

C) Deixar o médico de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto.

D) Privar o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão em flagrante de ato infracional.

Questão 20) Um comerciante, festejando o aniversário de sua cidade, em local público, no calor das felicitações, entrega, de forma gratuita, bebida alcoólica típica da região a um indivíduo com 15 (quinze) anos de idade, o qual aparenta a idade que de fato possui. O adolescente, ao caminhar em direção aos seus amigos, tropeça e a bebida é derramada por completo no chão, o que impossibilitou seu consumo. Diante dos fatos narrados, é possível dizer que

A) a conduta praticada pelo comerciante é atípica.

B) o comerciante será isento de pena, pois se trata de um erro sobre elemento constitutivo do tipo legal, o que exclui o dolo.

C) o comerciante suportará ação penal pública incondicionada, por ser o delito de natureza formal, não dependendo, para sua consumação, da ocorrência de resultado naturalístico.

D) o comerciante, por ser o sujeito passivo maior de 14 (quatorze) anos de idade, não sofrerá qualquer repressão estatal.

PROVA OBJETIVA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SERGIPE  
PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – EDITAL 01/2019  
CADERNO DE QUESTÕES

Questão 21) De acordo com a Lei nº 8069/1990 (Dispõe acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), marque a alternativa CORRETA:

- A) A venda de bebidas alcoólicas às crianças será permitida, desde que aleguem estar comprando para os pais.
- B) Em relação à adoção caso o adotando seja maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário também o seu consentimento.
- C) Os filhos havidos da relação do casamento recebem tratamento diferenciado em relação aos adotados.
- D) O poder familiar será exercido pelo pai, por ser este o “Chefe da Família”.

Questão 22) Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a medida de internação antes da sentença deverá ser imperiosa e sua imposição fundamentada, demonstrando-se indícios suficientes de autoria e materialidade. Tal medida, contudo, não poderá ultrapassar o prazo máximo de quantos dias?

- A) 45
- B) 60
- C) 15
- D) 30

Questão 23) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069/1990, art. 136, parágrafo único, a quem o Conselho Tutelar comunicará, no exercício de suas atribuições, se entender ser necessário, o afastamento da Criança e do Adolescente do convívio familiar, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família?

- A) Ao Ministério Público.
- B) À Justiça da Infância e da Juventude.
- C) À equipe interprofissional do Conselho Tutelar.
- D) Ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Questão 24) O Conselho Tutelar constitui uma das grandes inovações institucionais trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069/1990, uma vez que transfere para a sociedade a responsabilidade pela fiscalização do cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Nesse sentido, compreendendo a criança e o adolescente como sujeitos a serem protegidos é

considerada como uma das atribuições desse Órgão:

- A) determinar, como medida definitiva, o afastamento do agressor da moradia comum, verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsáveis.
- B) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção a crianças ou adolescentes.
- C) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- D) prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Questão 25) Assinale a alternativa correta. Segundo o estatuto da criança e do adolescente, lei 8.069/90, considera-se criança:

- A) A pessoa até quatorze anos de idade incompletos.
- B) A pessoa até doze anos de idade incompletos.
- C) A pessoa até dezesseis anos de idade incompletos.
- D) A pessoa até dezoito anos de idade.

Questão 26) O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) assegura à criança e ao adolescente o direito a ser educados sem uso de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina ou educação. Nesse sentido, marque a alternativa CORRETA:

- A) Considera-se castigo físico a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão.
- B) Considera-se tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que provoque sofrimento físico.
- C) Considera-se castigo físico a conduta de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com uso da força física sobre a criança ou o adolescente que a ameace gravemente.
- D) Considera-se tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ridicularize ou qualquer tipo de ameaça.

PROVA OBJETIVA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SERGIPE  
PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – EDITAL 01/2019  
CADERNO DE QUESTÕES

Questão 27) No que diz respeito à apuração de ato infracional atribuído a adolescente e, considerando o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), marque a alternativa CORRETA:

A) Uma vez oferecida a representação pelo Ministério Público, o prazo improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de 45 (quarenta e cinco) dias.

B) A gravidade do ato infracional e sua repercussão social ensejam a internação provisória do adolescente, independente de outros requisitos, circunstâncias e objetivos.

C) Independente do ato infracional praticado, em caso de flagrante, deve a autoridade policial lavrar o auto de apreensão do adolescente.

D) A representação a ser oferecida pelo Ministério Público depende de prova pré-constituída da autoria e da materialidade.

Questão 28) São princípios que orientam a aplicação das medidas protetivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei. n. 8.069/90), entre outros:

A) o interesse superior da criança e do adolescente, a privacidade, a intervenção máxima, a responsabilidade parental.

B) a condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, a proteção integral e prioritária, a intervenção mínima.

C) a obrigatoriedade da informação, a prevalência da família, a proporcionalidade e a responsabilidade do jovem.

D) o interesse superior da criança e do adolescente, a responsabilidade primária e solidária do poder público e a intervenção máxima.

Questão 29) A colocação, em família substituta, de criança ou adolescente indígena ou proveniente de remanescente de quilombola, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), exige, além de outras medidas, que

A) seja considerada a identidade social e cultural da criança, seus costumes e tradições, ainda que contrariem direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente.

B) a colocação ocorra, de modo obrigatório, no âmbito da comunidade originária da criança ou junto a membros da mesma etnia.

C) seja considerada a identidade social e cultural da criança, seus costumes e tradições, ainda que contrariem direitos fundamentais da Constituição Federal.

D) a colocação ocorra, de modo prioritário, no âmbito da comunidade originária da criança ou junto a membros da mesma etnia.

Questão 30) Quando o autor do ato infracional for uma criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) prevê a possibilidade de aplicação das seguintes medidas, EXCETO:

A) internação em estabelecimento educacional.

B) orientação, apoio e acompanhamento temporários.

C) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.

D) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

Questão 31) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o prazo da medida de internação, em caso de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, NÃO poderá ser superior a

A) 01 (um) mês.

B) 02 (dois) meses.

C) 03 (três) meses.

D) 10 (dez) dias.

Questão 32) Ana, de 8 anos de idade, foi abandonada por sua mãe e, depois de perambular pelas ruas da capital, foi levada para um abrigo. Considerando o caso hipotético e o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, pode-se afirmar que o dever de proteção estabelecido na lei a todas as crianças e adolescentes, estejam ou não em situação de abandono, se estende

A) à família, somente.

B) ao Estado, somente.

C) à comunidade, somente

D) à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público.

PROVA OBJETIVA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SERGIPE  
PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – EDITAL 01/2019  
CADERNO DE QUESTÕES

Questão 33) À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), é CORRETO afirmar:

- A) Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e, adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- B) Considera-se criança a pessoa com até dez anos de idade completos e, adolescente, aquela que entre dez e dezoito anos de idade.
- C) Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade completos e, adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade incompletos.
- D) Considera-se criança a pessoa com onze anos de idade incompletos e, adolescente, aquela entre onze e dezoito anos de idade completos.

Questão 34) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente,

- A) criança é pessoa menor de 14 anos de idade incompletos e adolescente é pessoa com idade entre 14 e 18 anos.
- B) a remissão como forma de exclusão do processo ao adolescente autor de ato infracional pode ser concedida pela autoridade policial, Ministério Público ou Juiz, em qualquer fase do procedimento.
- C) estando o adolescente apreendido em flagrante por prática de ato infracional praticado mediante violência ou grave ameaça a pessoa, o prazo para conclusão do procedimento é de 45 dias.
- D) o Conselho Tutelar é órgão permanente, autônomo e jurisdicional encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes previstos em lei.

Questão 35) Durante uma briga na escola, Fábio, 11 anos, desferiu golpes contra Jonas, 12 anos, ocasionando fratura na costela e perda de um dente. De acordo com o texto e com base no ECA, é correto afirmar que a direção da escola

- A) deve chamar os pais e a Polícia, pelo fato de Fábio ser adolescente e ter praticado ato infracional.
- B) deve chamar a Polícia e o promotor do Ministério Público, para que Fábio seja apreendido.
- C) deve chamar os pais e o Conselho Tutelar, pelo fato de Fábio ser criança e não incorrer na prática de ato infracional.
- D) deve levar o caso ao Juiz para que ele determine a expulsão de Fábio da escola.

Questão 36) Carlinhos, na noite da véspera do seu aniversário de 18 anos, foi autor de um furto na residência do Sr. José, que o viu levando sua TV e seu DVD no momento em que chegava em casa. Diante do fato, o Sr. José foi à delegacia comunicar o ocorrido. Os policiais chegaram à casa de Carlinhos por volta da zero hora e trinta minutos do dia seguinte ao furto, justamente durante a comemoração dos seus 18 anos, constatando que ele estava na posse dos bens furtados. De acordo com o texto e com base no ECA, é correto afirmar:

- A) Carlinhos deve ser levado à delegacia do adolescente por ter praticado ato infracional aos 17 anos.
- B) Carlinhos deve ser levado à delegacia de adultos por ter praticado crime e ter 18 anos.
- C) Os policiais ficam impedidos de levar Carlinhos a qualquer delegacia pelo furto praticado na adolescência.
- D) Os policiais ficam impedidos de levar Carlinhos a qualquer delegacia pelo furto praticado na infância.

Questão 37) O ECA, no art. 7º, prevê o direito à vida e à saúde como direitos fundamentais. Assinale a alternativa que apresenta peculiaridades desse direito.

- A) Interrupção da gravidez quando existir a suspeita de que o nascituro possa vir a ter algum tipo de má-formação ou quando a gravidez for indesejada.
- B) Garantia de vida ao nascituro e de que o nascimento e o desenvolvimento de crianças e adolescentes sejam realizados em condições dignas de existência.
- C) Proteção gratuita à vida e à saúde da criança e do adolescente na rede pública básica de saúde, e paga nos serviços especializados.
- D) Isenção da responsabilidade do Estado pela garantia de proteção à vida e à saúde do adolescente quando ele é abrigado ou passa a cumprir medida socioeducativa.

Questão 38) De acordo com o ECA, a conduta do adolescente é considerada ato infracional

- I. quando descrita como crime.
- II. quando descrita como contravenção penal.
- III. desde que se considerada indisciplinada.
- IV. desde que se considerada ofensiva. Assinale a alternativa correta.

PROVA OBJETIVA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SERGIPE  
PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – EDITAL 01/2019  
CADERNO DE QUESTÕES

- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.

Questão 39) Segundo o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre os produtos e serviços de venda proibida à criança ou ao adolescente, NÃO se incluem

- A) explosivos.
- B) bebidas alcoólicas.
- C) bilhetes lotéricos.
- D) jogos eletrônicos violentos.

Questão 40) O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - se divide em 2 livros: o primeiro trata da proteção dos direitos fundamentais à pessoa em desenvolvimento e o segundo trata dos órgãos e procedimentos protetivos.

Segundo o artigo 81 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é proibida a venda à criança ou ao adolescente de, EXCETO

- A) bebidas alcoólicas.
- B) produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida.
- C) revistas cujos textos não atendem à norma culta.
- D) armas, munições e explosivos.

Questão 41) Dentre as medidas de proteção, aplicáveis à criança e ao adolescente em situação de risco social ou pessoal, NÃO se inclui a(o):

- A) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial
- B) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.
- C) internação em estabelecimento educacional.
- D) inclusão em programa de acolhimento familiar.

Questão 42) Sobre as regras que tratam da guarda, da tutela e da adoção, previstas na Lei nº 8.069/90, assinale a alternativa correta.

- A) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida liminarmente nos procedimentos de adoção por estrangeiros.

B) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

C) A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.

D) O deferimento da tutela não implica o dever de guarda, e independe da perda ou suspensão do poder familiar.

Questão 43) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

II. atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

III. atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a sete anos de idade.

IV. oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

A) Apenas I, II e III.

B) Apenas I, III e IV

C) Apenas I, II e IV.

D) Apenas II e III

Questão 44) A respeito das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

II. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

III. A liberdade assistida constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

IV. A internação será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.



PROVA OBJETIVA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SERGIPE  
PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – EDITAL 01/2019  
CADERNO DE QUESTÕES

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III
- D) Apenas III e IV

Questão 45) Com base na Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente), verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente algumas medidas. Sobre elas, analise os itens abaixo:

- I. Obrigação de reparar o dano
- II. Internação em estabelecimento educacional
- III. Destituição da tutela
- IV. Suspensão ou destituição do poder familiar
- V. Perda da guarda

Estão CORRETOS

- A) apenas I, III e V.
- B) I, II, III, IV e V.
- C) apenas II, III e IV.
- D) apenas I e II.

Questão 46) Com base na Lei Municipal 2.028/2017 e suas alterações (Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente) é correto afirmar:

- A) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo, formulador e controlador da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, vinculado à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social.
- B) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itabaiana é composto pelo total de 6(seis) representantes do Poder Executivo Municipal e das entidades sociais.
- C) A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ser realizada anualmente.
- D) A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e remunerada na forma da legislação municipal.

Questão 47) A Lei Municipal 2.028/2017 e suas alterações (Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente) dispõe sobre o Conselho Tutelar Municipal, sendo incorreto afirmar:

- A) O Município de Itabaiana terá um Conselho Tutelar como integrante da administração pública local, composto por cinco membros, escolhidos pela população local, para mandato de 4 anos.
- B) O Conselho Tutelar deve funcionar com a presença dos cinco conselheiros, de segunda à sexta-feira, das 8h até as 17h, perfazendo um total semanal de 40 horas a ser cumprida na sede do órgão ou em atendimento à diligências.
- C) Os Conselheiros escolherão, na data da posse, o seu Conselheiro Coordenador para um mandato de 6 (seis) meses, permitida uma reeleição.
- D) Os Conselheiros Tutelares deverão ser também consultados quando da elaboração das propostas das leis orçamentárias municipais, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à população infanto-juvenil.

Questão 48) Tendo por base a Lei Municipal 2.028/2017 e suas alterações (Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente) são atribuições do Conselho Tutelar, exceto:

- A) Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no ECA (Lei 8.069/1990).
- B) Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- C) Encaminha para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- D) Após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou adolescente junto a família natural, representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar.

PROVA OBJETIVA DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SERGIPE  
PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – EDITAL 01/2019  
CADERNO DE QUESTÕES

Questão 49) Com base na Lei Municipal 2.028/2017 e suas alterações (Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente) é correto afirmar:

- A) O Conselheiro Tutelar que receber a sanção de suspensão não remunerada das funções ficará vetado da candidatura para reeleição ao Conselho Tutelar no processo de escolha subsequente.
- B) Constitui quebra do decoro funcional o Conselheiro que usar da função para benefício próprio ou de terceiros.
- C) Constitui falta praticada pelo Conselheiro Tutelar romper o sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar.
- D) É permitido o exercício de outra atividade funcional desde que compatível com a função de Conselheiro Tutelar.

Questão 50) O Art. 36 da Lei Municipal 2.028/2017 e suas alterações (Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente) estabelece, entre outros, que "Somente poderão concorrer ao pleito de escolha os candidatos que preencherem os seguintes requisitos; exceto:

- A) idoneidade moral, comprovada por folhas e certidões de antecedentes criminais extraídas na esfera estadual, certidões de antecedentes cíveis, ou segundo outros critérios estipulados pelo CMDCA, através de Resolução;
- B) idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;
- C) apresentar no momento da inscrição certificado de conclusão de Ensino Médio;
- D) submeter-se a um exame de conhecimento específico sobre os direitos da criança e do adolescente, em caráter eliminatório, a ser formulada segundo deliberação da Comissão Eleitoral Organizadora, designada por meio de Resolução do CMDCA.